☆ continuação

9. Empréstimos e financiamentos:

	Taxa de juros (%)		2016	2015
BNDDES	2,15% a.a. acima da TJLP		18.707	28.502
			18.707	28.502
Circulante			11.777	12.399
Não circulante			6.930	16.103

O montante de R\$ 6.930 mil, registrados no passivo não circulante tem vencimento integral em 2018. **Garantias:** Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, garantidos por ações de propriedade da Companhia controladora Mafe Energia e Participações S.A. de emissão da Curuá Energia S.A. e, ainda, dos direitos creditórios que é titular, provenientes: • Do contrato de compra e venda de energia elétrica - CCVE VPMI 082/2004, celebrado em 20 de dezembro de 2004 e subsequentes aditivos; • De todos os valores a serem recebidos pela beneficiária, da Eletrobrás, a título de rateio da conta Consumo de Combustíveis Fósseis (CCF). As mutações dos empréstimos e financiamentos estão assim apresentadas:

	Circulante	Não circulante	Total (R\$)
Saldos em 31/12/14	12.904	25.503	38.407
Variações monetárias e juros	2.799	-	2.799
Transferências	9.400	(9.400)	-
Pagamento de juros	(2.799)	-	(2.799)
Amortização de principal	(9.905)	-	(9.905)
Saldos em 31/12/15	12.399	16.103	28.502
Variações monetárias e juros	2.273	-	2.273
Transferências	9.173	(9.173)	-
Pagamento de juros	(2.273)	-	(2.273)
Amortização de principal	(9.795)	-	(9.795)
Saldos em 31/12/16	11.777	6.930	18.707

10. Fornecedores:

	2016	2015
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	1.921	1.382
Rede Comercializadora de Energia	603	603
Rede Elétrica e Serviços S.A.	252	252
Guarantã Energética Ltda.	106	106
Outros fornecedores	316	315
	3.198	2.658

A rubrica é composta por fornecedores vitais para operação da Companhia, como prestação de serviço de engenharia, empreiteiras de engenharia, fornecedores de materiais, máquinas e equipamentos elétricos.

	2016	2015
11. Obrigações tributárias:		
INSS retido a recolher	59	138
IRPJ a recolher	4.842	3.687
IRRF a recolher - PJ	28	12
CSLL a recolher	1.965	1.352
ISS retido a recolher	66	83
Retenção da Lei nº 10.833/03 a recolher	68	83
COFINS a recolher	1.246	-
PIS a recolher	270	-
Outros impostos/contribuições	2.681	191
	11.225	5.546

12. Contingências: a) Composição

	2016	2015
Ações cíveis	7.317	7.409
Ações fiscais	2.642	2.606
	9.959	10.015

b) Movimentação

	2015	Adições	Reversão	2016
Ações cíveis	7.409	-	(92)	7.317
Ações fiscais	2.606	36	-	2.642
	10.015	36	(92)	9.959

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgão governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões cíveis e outros assuntos. As demandas judiciais são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de advogados. **Contingências passivas não provisionadas:** As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações contábeis são processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 7.261 em 2016 (em 2015, R\$ 6.266), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	2016	2015
13. Patrimônio líquido: a) Capital social:		
Reserva legal	813	-
Reserva de incentivos fiscais	8.638	52.379
	9.451	52.379

Reserva de incentivos fiscais: Conforme Resolução Normativa nº 427/2011 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a reserva de incentivo fiscal que perfaz em R\$ 8.638 mil em 2016 (em 2015, R\$ 52.379 mil), trata-se de reserva de recursos referente a repasses recebidos pela Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, para geração de energia elétrica nos sistemas isolados, conforme estabelecido pela Resolução Autorizativa nº 322/2005 do Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia tem a obrigatoriedade de constituir o montante de R\$ 132.869 de reservas de incentivos fiscais, correspondente ao total de repasses recebidos pela CCC entre setembro de 2008 e setembro de 2015, podendo utilizar o saldo desta reserva para compensar prejuízos, que foi realizado pela Companhia, permanecendo a obrigação de reconstituir o saldo de reserva em resultados subsequentes, ao limite da obrigatoriedade R\$ 132.869, conforme disposto na Lei nº 12.973/14 (artigo 30).

14. Receita líquida:

	2016	2015
Fornecimento	39.928	50.940
Doações, contribuições e subvenções	-	28.117
Outras receitas	4.042	3.316
(-) PIS	(270)	(882)
(-) COFINS	(1.246)	(4.064)
	42.454	77.427

O saldo registrado na conta "Receitas - Doações, contribuições e subvenções" refere-se ao enquadramento da Companhia, conforme Resolução Autorizada nº 322, de 19 de setembro de 2005 a sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta Consumo de Combustível (CCC). O valor do investimento a ser considerado para fins de cálculo do benefício da sub-rogação da CCC será reembolsado mensalmente em parcelas correspondentes à energia comercializada com a concessionária, conforme o disposto no artigo 3º da Resolução Normativa nº 146, de 14 de fevereiro de 2005 pela Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás, e serão definidas tantas parcelas quanto necessário para que seja atingido o montante total reconhecido e aprovado em Reais, sendo a última parcela igual ao saldo remanescente. De acordo com o artigo 16 da Lei nº 11.941/2009, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, que modificou o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício definido no artigo 191 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica sujeita ao Regime Tributário Transitório (RTT), devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. A Companhia optou pelo RTT, portanto, os valores registrados nesta conta "Doações, contribuições e subvenções" não estão sujeitos à tributação.

15. Custos: Geração

	2016	2015
Custo de operação	(3.126)	(7.168)
Operações com energia elétrica	(4.696)	(3.118)
Depreciação	(6.074)	(6.099)
	(13.896)	(16.385)
Transmissão	(740)	(740)
Depreciação e amortização	(740)	(740)
	(14.636)	(17.125)

16. Despesas administrativas:

	2016	2015
Impostos, taxas e contribuições	(2.878)	(689)
Aluguéis e arrendamentos	(107)	(444)
Outras despesas	(1.321)	(5.276)
	(4.306)	(6.409)

17. Depreciação e amortização:

	2016	2015
Depreciação	(441)	(441)
	(441)	(441)

18. Despesas não dedutíveis:

	2016	2015
Brindes e doações	-	(65)
Provisão/reversão para contingências e créditos	(2.899)	(4.061)
Perdas não dedutíveis	(77)	(152)
	(2.976)	(4.278)

19. Resultado financeiro:

	2016	2015
Receitas financeiras	1.699	1.249
Rendas	1.405	1.197
Outras receitas	264	52
Despesas financeiras	(2.733)	(3.464)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(2.273)	(2.799)
Juros de mora	(430)	(639)
Outras despesas	(30)	(26)
	(1.034)	(2.215)

20. Instrumentos financeiros - Gerenciamento dos riscos financeiros - Visão geral: A Companhia está exposta aos seguintes riscos: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital. **Estrutura do gerenciamento de risco:** A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. **Exposição a risco de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	2016	2015
Caixa equivalentes de caixa	9.796	4.113
Contas a receber e outros recebíveis	9.772	5.827
	19.568	9.940

Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, os quais são consideradas de primeira linha. **Contas a receber e outros recebíveis:** A Companhia não identificou necessidade de constituição de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. A Companhia acredita que nenhuma provisão será necessária com relação a contas a receber não vencido. A saldo dos recebíveis na data das demonstrações contábeis para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável era de R\$ 9.610. A realização do crédito de contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela diretoria. O contas a receber de clientes é relacionado apenas à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e a Centrais Elétricas do Pará (CELPA), a Companhia considera o estágio dos procedimentos internos e externos de cobrança para estimar uma provisão para crédito de liquidação duvidosa em contrapartida ao resultado para tais títulos, o que normalmente ocorre para títulos sem expectativa de recebimento, sendo feita uma análise individual dos títulos, conforme metodologia revisada pela Administração. Baseado no monitoramento do risco de crédito de clientes, a Companhia acredita que a provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração em face de eventuais perdas.

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A gestão desse risco se dá pela composição de um capital de giro de curto prazo que sustente as operações de vendas, como: prazo médio de recebíveis. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco de taxa de juros:** Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo CDI - Certificado de Depósito Interbancário e TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo. **Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores monitorados pela Gerência Financeira e Administração. A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2016	2015
Ativo circulante	20.564	10.936
Passivo circulante	26.650	21.073
Índice de liquidez	0,772	0,519
Resultado do período (*)	17.254	42.853
Patrimônio líquido	18.517	2.257
RPL (retorno sobre o patrimônio líquido)	0,93	18,98
Resultado do período (*)	17.254	42.853
Ativo total	216.056	212.668
RAT (retorno sobre o ativo total)	0,08	0,20
GAF (grau de alavancagem financeira)		
RPL/RAT	11,66	94,22

(*) antes do resultado financeiro

Aspectos ambientais: As instalações da Companhia e suas atividades estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais por procedimentos operacionais e controles. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor. **21. Outras informações: a. Operações com instrumentos derivativos:** A Companhia não opera com instrumentos derivativos. **b. Índice de cobertura do serviço da dívida com o BNDDES: A - Geração de caixa da atividade**

	2016	2015
EBITDA	29.364	30.592
IRPJ	(1.236)	(3.732)
CSLL	(603)	(1.352)
Varição do capital de giro	12.255	(5.836)
	39.780	19.673
B - Conta de consumo de combustível	2016	2015
Benefício da conta consumo de combustível	-	28.117
		28.117
C - Serviço da dívida: Amortização de principal	9.795	10.728
Pagamento de juros	2.273	2.634
	12.068	13.362

D - Índice de cobertura do serviço

da dívida = A + B/C

22. Seguros (não auditado): A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

continua →